

Política

CRISE

O governo fechou questão: não negocia sua posição pelo presidencialismo e por cinco anos de mandato. Os parlamentaristas também não querem negócio. Por isso, Ulysses disse a Sarney que não há acordo: mandato e sistema de governo serão decididos, isoladamente, pelo voto.

Nada de acordo. É hora de votar.

Sarney confia na vitória. E não vai negociar nada.
Para o Planalto, é questão fechada: os cinco anos com presidencialismo vão passar. Por isso, qualquer entendimento está descartado.

O presidente Sarney, ministros e lideranças governistas fecharam questão: não farão quaisquer entendimentos político-partidários fora de dois pontos básicos: presidencialismo e mandato de cinco anos para Sarney. Qualquer notícia em contrário não passa de mera especulação, já que o governo acredita na vitória do presidencialismo e nas eleições em 89.

A informação foi dada ontem por três ministros que participaram da reunião com o presidente da República, no Palácio do Planalto. Disseram que Sarney está "tranquilo e confiante" no resultado da votação na Assembleia Constituinte. Pouco antes, porém, Ulysses Guimarães, no café da manhã, no Palácio da Alvorada havia informado a Sarney que ainda não dá para fazer uma avaliação correta, devido ao grande número de indecisos e de parlamentares com tendência a apoiar um ou outro sistema.

Segundo Ulysses Guimarães, o sistema de governo só deverá ser decidido no plenário. Por ora, está muito difícil uma avaliação mais objetiva. Ontem, no Planalto, Sarney fez um relato aos ministros do seu encontro matutino com Ulysses Guimarães: "O Dr. Ulysses reafirmou sua posição a favor do presidencialismo e de mandato de cinco anos" — contou o chefe do governo.

Conclusão clara

O ponto de vista do presidente continua imutável: cinco anos, com presidencialismo. Foi a conclusão apresentada ontem pelo ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, para negar a existência de qualquer acordo entre Sarney e Ulysses Guimarães, no encontro que tiveram no Palácio da Alvorada, para o café da manhã.

"O presidente Sarney está inarredável porque acha que cinco anos para seu mandato e sistema presidencialista será o melhor para o País", disse Ronaldo Costa Couto. O chefe do Gabinete Civil comentou a reunião do presidente com os ministros e o café da manhã com Ulysses, mas silenciou sobre o jantar que Sarney teve, no dia anterior, no Palácio da Alvorada, com todos os seus ministros militares.

Nessa reunião, foi feita fundamentalmente uma avaliação sobre o momento da Constituinte, especialmente com relação a sistema de governo e mandato. Os militares — segundo versões que circulavam ontem em setores do governo — não seriam totalmente contrários a uma negociação que passasse pelo parlamentarismo, mas não nos moldes postos pela Constituinte, sem a segurança da aprovação, por exemplo, da dissolução do Congresso Nacional e do voto distrital. O fato, de acordo com fontes do governo, é que, não havendo uma proposta em outro tom, o presidente Sarney, apoiado pelos militares, se mantém no que sempre tem defendido (cinco anos e presidencialismo) e esperará para ver o que acontece.

"Golpe militar", contudo, era uma ameaça tratada com cautela, ontem, embora uma autoridade militar tivesse destacado que tudo o que venha a acontecer no futuro será uma consequência do que for votado na Constituinte e de como ficarem as instituições depois disso. Se as instituições se mantiverem intactas, essa ameaça desaparece. Caso contrário, tudo pode acontecer, na avaliação de ministros que têm discutido intensivamente o problema.

O ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, assim como Costa Couto, também foi categórico: "O presidente não faz trocas. Nossa posição é clara pelo presidencialismo com cinco anos", disse ele, destacando, contudo, a soberania da Constituinte. Considerando que em política tudo é possível, o minis-

tro afirmou que poderá ocorrer uma conciliação entre o Palácio do Planalto e a Constituinte sobre os dois temas, mas lembrou que não se pode chegar a uma negociação que leve a um regime que não funcione. "O que é bom é que o País encontre um caminho para funcionar cada vez melhor. O presidente Sarney tem um caminho importante para realizar nos dois anos de governo que ainda terá", acrescentou Antônio Carlos Magalhães.

Apesar de concordar com a possibilidade de negociação, Antônio Carlos Magalhães achou pouco provável um acordo que leve ao parlamentarismo com cinco anos para o presidente Sarney. Ele acha mais fácil dar um presidencialismo com Congresso forte. Desse modo, completou, o presidente poderá concluir os dois anos de governo e consertar a parte econômica, finalizando suas realizações sociais.

Corpo a Corpo

O presidente Sarney, com a coordenação do ministro Ronaldo Costa Couto, e a assessoria do subchefe para Assuntos Parlamentares, Henrique Hargreaves, organizou o trabalho de avaliação da tendência da Constituinte quanto ao sistema de governo e mandato, com o objetivo de examinar os resultados pelo menos duas vezes por semana.

As reuniões de avaliação da Constituinte têm sido realizadas às terças e quintas-feiras. A próxima será amanhã, pela manhã. Além de Ronaldo Costa Couto e Hargreaves, participam dos encontros bissemanais o líder Carlos Sant'Anna e os ministros Prisco Viana, Hugo Napoleão, Borges da Silveira, Antônio Carlos Magalhães, Jader Barbalho, João Alves e, esporadicamente, José Hugo Castelo Branco.

Antes dessas reuniões, o ministro-chefe da Casa Civil, mantém encontro informal com os ministros, no 4º andar do Planalto, numa sala cedida pelo SNL. Nesse encontro, eles trocam informações, principalmente sobre os contatos com parlamentares. Cada ministro fica com quatro a seis nomes de parlamentares, para conversar sobre a Constituinte — principalmente presidencialismo e mandato de cinco anos. Durante as reuniões das terças e quintas com Sarney, os ministros, um a um, fazem relato de seus contatos com os parlamentares de sua respectiva lista. Segundo informaram ontem, os resultados são otimistas. Há confiança de Sarney e dos ministros na aprovação do sistema presidencialista e do mandato de cinco anos.

Compensação

O Planalto, os ministros e as lideranças governistas admitem compensações ao parlamentarismo, desde que garantido o mandato de cinco anos e o presidencialismo. A compensação ainda não está definida, mas a intenção é a de inserir no presidencialismo alguns princípios parlamentaristas, como a exigência de apresentar o plano de governo ao Congresso; a moção de censura do Congresso ao Ministério ou a ministros, individualmente; e medidas para fortalecer concretamente o Poder Legislativo. No Planalto, essa proposta tem sido chamada de "presidencialismo congressual" ou "presidencialismo parlamentarizado".

A meta prioritária, segundo os ministros, é lutar pela aprovação da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena. Depois, seriam feitos ajustes, "desde que assegurado o mandato de cinco anos para Sarney".

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, acha que se o seu partido der pelo menos 100 votos ao presidencialismo, o parlamentarismo será derrotado. Ibsen é parlamentarista.

Flamarion Mossri

PLEBISCITO

Pelos dicionários, a palavra plebiscito significa: o voto do povo, por sim ou não, sobre uma proposta que lhe seja apresentada. Foi essa forma de consulta que rejeitou, há pouco mais de 25 anos, o sistema parlamentar de governo, adotado em setembro de 1961 por força da crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros: os ministros militares não queriam o vice João Goulart na Presidência.

Na pressa, o novo sistema foi mal costurado: nem presidencialista nem parlamentarista. As crises começaram a surgir, agravadas pela insatisfação do próprio João Goulart, que queria a volta do presidencialismo. Uma grande campanha foi montada para convencer a Nação de que o parlamentarismo era responsável por tudo de ruim que acontecia. Em 6 de janeiro de 1963, o presidencialismo foi restaurado por 18 milhões de eleitores.

Não se enganem com o dr. Ulysses

Carlos Chagas

Ainda tem gente que se engana com o dr. Ulysses Guimarães, não raro imaginando-o perplexo, hesitante e ao sabor das conveniências de momento. Na verdade, não é nada disso. Seus quase 50 anos de experiência política não passaram inutilmente. Ele só faz o que quer, tem objetivos definidos e, pelo menos até agora, venceu todas. Vencerá a próxima, salvo engano, vindo mantido o presidencialismo e estabelecido para os futuros presidentes da República o mandato de cinco anos. Mas, para o presidente José Sarney, quatro.

Muitas vezes o presidente do PMDB e da Assembleia Nacional Constituinte começa pelo lado errado. É de propósito, como agora, no debate sobre o sistema de governo. Propõe-se a coordenar a tese do parlamentarismo com cinco anos para todos os presidentes, inclusive Sarney. Conversou, dialogou, desdobrou-se em reuniões com os líderes constituintes e, afinal, procurou o senador Humberto Lucena para, candidamente, dizer: apesar de todos os esforços não deu.

Ora, Ulysses não queria, como não quer, nem o parlamentarismo nem os cinco anos para Sarney. Ficou, assim, a cavaleiro para incrementar o presidencialismo e as eleições presidenciais este ano, fórmulas que, além de contarem com sua inclinação doutrinária, acolam-se perfeitamente a seus interes-

ses. É candidato quase declarado, não gostaria de ser eleito para se transformar na rainha da Inglaterra e, ao mesmo tempo, sabe que suas chances repousam nas eleições realizadas este ano, não no próximo.

Os parlamentaristas parecem, assim, estar enrolados, embrulhados e empacotados, desde a noite de segunda-feira. Com uma peculiaridade: não poderão acusar o parlamentar paulista de haver-se negado a encaminhar a sua tese. Pelo contrário, ainda se tornam devedores dele, que saiu em campo para tentar sua viabilidade. Só que não deu, exatamente como Ulysses desejava.

A segunda parte da batalha começou ontem. O presidente da Assembleia Nacional Constituinte e do PMDB foi tomar o café da manhã com o presidente José Sarney. Regozijaram-se pelos ventos presidencialistas soprando outra vez no palácio dos Congressos ainda que, como todos os ventos, eles possam mudar de repente. E passaram a examinar a questão do tempo de mandato. Ulysses sempre foi defensor dos cinco anos, para ele uma volta à tradição republicana moderna, que vem desde 1946. Terá repetido isso a Sarney, mostrando o resultado de suas recentes demarques, que indicam a possibilidade de aprovação desse período já no final da semana ou no começo da próxima, no capítulo que tratar dos presidentes da República.

Malandragem

Mas... Mas, ainda conforme os objetivos de Ulysses, a aprovação dos cinco anos agora não significa que o presidente José Sarney vá ficar no poder até março de 1990. O seu mandato só deverá ser definitivamente resolvido quando da discussão do capítulo final da nova Constituição, nas disposições transitórias. Lá para fins de maio ou princípios de junho, ainda que o parlamentar paulista se afere à antecipação, prevendo 21 de abril para data da promulgação solene da nova Carta. Também aí registra-se ampla dose de malandragem. O dr. Ulysses sabe ser impossível correr tanto com os trabalhos, de modo a que daqui a um mês e uma semana eles tenham terminado. Insiste na data, porém, como forma de garantir maio ou junho. O que não deseja é entrar no segundo semestre com a Assembleia Nacional Constituinte ainda funcionando, o que poderia complicar seus planos. Afinal, se as eleições presidenciais forem fixadas para novembro, haverá tempo de sobra para o lançamento de candidatos, as convenções e as campanhas, podendo, em determinados interregnos, ser realizados períodos congressuais de esforço concentrado, onde se votariam algumas das principais leis complementares à Constituição que tiver sido concluída.

Já dizia Magalhães Pinto que política é

como as nuvens. Olha-se para elas e dão a impressão de parecer elefantes em luta com macacos. Meio minuto depois, já tomam a forma de camponeses confraternizando com militares. Assim, é possível que a preservação do presidencialismo não pareça favas tão contadas, amanhã, como parece hoje. Os parlamentaristas outra vez se arregimentam, sendo os números de parte a parte sempre contestáveis. Cada grupo continua sem abrir mão da vitória, até porque a euforia costuma contagiá-los indecisos.

A questão vai para o voto. Não houve possibilidade de acordo e dificilmente haverá. Se os presidencialistas conseguirem o apoio de 280 deputados e senadores, estarão vitoriosos, já que a emenda do senador Humberto Lucena entra em primeiro lugar, nas discussões. Faltando esse contingente, será a vez da emenda Egidio Ferreira Lima, parlamentarista. O diabo vai ser se também ela não conseguir a metade mais um dos votos constituintes. Terá dado, então, o "buraco negro", obrigando os dois lados a sentar-se à mesa para a busca de um consenso cada vez mais inviável. Porque não se poderá chegar a um parlamentarismo-presidencialista nem a um presidencialismo-parlamentarista, apesar de tentativas já feitas. O sistema de governo será uma ou outra coisa, apesar das distorções e dos exageros constantes das duas emendas.

Tânia Monteiro

Não há acordo — o desejo da maioria da Constituinte é decidir isoladamente a questão do sistema de governo e só depois tratar da questão do mandato de Sarney. Sem vincular essas moedas de troca, sem negociação. Esse desacordo foi servido a Sarney ontem no café da manhã pelo seu convidado, Ulysses Guimarães. Segundo o presidente da Constituinte, Sarney garantiu que vai esperar as votações. E que vai acatar inteiramente as decisões da Constituinte.

Mais tarde o governador de São Paulo também foi informado com detalhes pelo deputado Ulysses Guimarães. Para Quêrcia, "o parlamentarismo preocupa". E, se for aprovado, ele quer um plebiscito.

Mas Ulysses, que quer resolver o assunto sistema de governo "de qualquer maneira até sábado ou domingo próximos", como disse ontem no Palácio dos Bandeirantes, acredita no seu poder de articulação. Ao mesmo tempo que anunciou que os constituintes querem "separar o principal do acessório", votando parlamentarismo ou presidencialismo sem prender o sistema à negociação de quatro ou cinco anos de mandato presidencial, Ulysses comentou: "Conforme o sistema, haverá possibilidades de entendimento". Até dá um exemplo — na França, parlamentarista, "o mandato é longo". E, mesmo sendo presidencialista e tendo votado numa pesquisa de opinião pelos quatro anos de mandato para Sarney, ele aposta em outra tendência, especialmente nas duas últimas semanas: parlamentarismo com cinco anos.

De resto, não está preocupado com pequena margem de vitória para um ou outro lado. "É, claro, se se pode buscar o entendimento, por que não lográ-lo? Se não se consegue, tudo vai democraticamente a voto. E a decisão será, eu estou certo, respeitada por todo o País, por todas as categorias, por toda a sociedade brasileira."

Já o "buraco negro" estragou suas previsões. O de antontem não estava previsto no estudo encomendado por Ulysses há um mês e que ficou pronto ontem (segundo este estudo, Ulysses ia enxugar ainda mais as sessões e multiplicar seu número para encaixar os trabalhos da Constituinte num prazo determinado). Ele não significa impasse na Constituinte, e pode ocorrer só em "algumas votações". Mas pode retardar a promulgação da Constituição, prevista por Ulysses para 21 de abril. "Eu tinha fixado essa data. Agora somos sujeitos a imprevistos."

O "buraco negro" pode levar o sistema de governo a uma fórmula apontada pela maioria simples, disse Ulysses. "Primeiro, vota-se a emenda presidencialista do senador Humberto Lucena. Se ela não for aprovada, temos a segunda votação em torno da emenda parlamentarista do deputado Egidio Ferreira Lima. Não havendo 280 votos para nenhuma das duas, aí vai para o 'buraco' decidir — a questão fica nas mãos do relator, que deve apontar uma saída, ou nas mãos da maioria absoluta. A maioria absoluta pode entender-se em torno de uma fórmula, não precisa nem do relator para a decisão final."

Plebiscito, "buraco"

Alguns destes dados, com as novas chances do parlamentarismo, assustam Quêrcia. "O parlamentarismo me preocupa", disse ontem na mesma entrevista coletiva dada por Ulysses. "Tenho preferência pelo presidencialismo; nesta fase é preciso que haja muita constância no governo." E "falei disso ao dr. Ulysses, na medida em que o Congresso Constituinte institua o parlamentarismo, eu acho que deveria ser feito um empenho em favor de um plebiscito". No caso de aprovação do presidencialismo não, o sistema "é uma tradição", disse Quêrcia.

Ulysses, como "coordenador" da Constituinte, não quis dar sua posição. "Há várias emendas nesse sentido", respondeu, retirando-se da sala. Mas, falando antes sobre plebiscito e referendo em geral, fez uma longa defesa da participação popular. "Uma das maiores conquistas da Constituinte é a democracia participativa, que tem de ser assegurada pelos institutos do plebiscito, referendo e da iniciativa popular", que vão ter nas próximas votações, segundo Ulysses, "a melhor solução".

O verdadeiro buraco negro

Plebiscito ou não, é mais uma questão de turbulência dentro do PMDB. Nesse ponto, o partido está apenas mais fracionado, vivendo sua crise maior por causa do mandato de Sarney. Ou antes, por causa do próprio governo de Sarney.

Assim, o verdadeiro buraco negro é partidário e está em torno da questão mandato/Sarney, e não em torno do sistema. O presidente da República pode até aceitar o parlamentarismo — de preferência, para seu sucessor — mas não deu sinal de que aceita deixar agora o Planalto mas só daqui a quase dois anos. Já os dissidentes do PMDB, que vem exigindo a ruptura do partido com este governo, podem passar pela votação do sistema sem maiores problemas. Esses vão ser enfrentados — pelos dissidentes, mas também pelo próprio Ulysses — na votação do mandato: eles não abrem mão de eleições presidenciais neste ano, após a promulgação da Constituição. Ulysses disse ontem que tem apelado a "esses companheiros" — "não é hora de deixar o partido, vamos esperar a votação da Constituição". Mas esses "companheiros" já falam em "novos rumos" — Mário Covas disse ontem em Brasília que a campanha dos 5 anos para Sarney, vinculada ao parlamentarismo, está em pleno curso na Constituinte. Mas se sair vitoriosa, ele vai reunir o partido para decidir o rumo a tomar. Já Fernando Henrique foi mais claro — se for aprovada essa duração para o mandato de Sarney, ele deixa o partido. "Não zoinho, mas com outros 50 parlamentares."

Virginia Murano



Ulysses e Quêrcia chegam: vai começar a entrevista.

CAÇA AOS INDECISOS

Parlamentaristas e presidencialistas já iniciaram a disputa pelo voto em relação ao sistema de governo e mandato presidencial. A lista com o nome dos 40 indecisos (veja abaixo) foi divulgada ontem entre os dois grupos para que cada constituinte, de ambas as tendências, saia a campo com o objetivo de trazer o maior número de adesões possível. Os resultados das conquistas de última hora não serão anunciadas pelas partes.

Os parlamentaristas, preocupados com a tese divulgada de que a aprovação desse sistema estaria vinculada à aprovação de cinco anos de mandato, estão conversando com seus companheiros para mostrar que ela não é verdadeira. Alguns parlamentaristas estão temerosos de que haja resistência de setores do governo, particularmente os militares, em caso de alteração de regime de governo e diminuição de mandato dos presidentes. Sucessivas reuniões têm sido realizadas entre as lideranças e os constituintes mais preocupados com essa versão, no sentido de se conseguir também a aprovação dos quatro anos de mandato.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das coordenadoras do grupo parlamentarista, ressaltou que não há como negociar com os presidencialistas e que agora, resta aguardar a hora de votar, para decidir a questão. Ela não quer anunciar mais os números da pesquisa que vem realizando, alegando que os deputados e senadores têm sofrido pressões do Planalto.

Os presidencialistas, por sua vez, têm realizado várias reuniões para discutir a estratégia de votação. Como eles têm a preferência em plenário, já que sua emenda conseguiu o maior número de assinaturas, os presidencialistas estão convencidos de que a vitória está assegurada. Dessa forma, eles pretendem aprovar a sua emenda e, depois, aceitam até ceder em alguns pontos para compor com os parlamentaristas.

A tese divulgada pelo governador Orestes Quêrcia, de realização de um plebiscito para saber que tipo de regime a população prefere, foi combatida tanto pelos moderados quanto pelos radicais. O senador José

Fogaça (PMDB-RS), por exemplo, acha que plebiscito agora é antidemocrático porque a população está desinformada sobre como funciona o parlamentarismo: "Para que o plebiscito seja democrático, é preciso que o regime seja implantado, vigore pelo menos durante um cinco ou dez anos e depois, então, a população possa dizer, com conhecimento de causa, se quer que ele continue ou não. Caso contrário, será um plebiscito fascista" — acentuou Fogaça. Ele lembrou ainda que Hitler fez um plebiscito indagando se os austríacos desejavam ficar anexados à Alemanha, "só que eles sequer sabiam no que estavam votando. O povo austríaco foi completamente envolvido".

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), acha que o plebiscito é desnecessário. Ele disse que os constituintes foram eleitos pelo povo para escrever a nova Carta e por isso não há razão para outra consulta. Na opinião do senador estão querendo usar o plebiscito em função de interesses pessoais. Ele exemplificou com o caso do ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que prega a consulta popular apenas caso o presidencialismo seja vitorioso.

A lista de indecisos

Os 40 constituintes que ainda não decidiram entre presidencialismo e parlamentarismo são os seguintes: Alécio Dias, Antônio Carlos Franco, Divaldo Suruagy, Flávio Rocha, Francisco Rollemberg, Geraldo Bulhões, Hélio Costa, José Carlos Coutinho, José Tavares, Messias Soares, Pedro Caneto, Raquel Cândido, Roberval Pinto, Siqueira Campos, Moraes Queiroz, Acácio Neves, Airton Sandoval, Albano Franco, Albeirico Cordeiro, Chagas Neto, Cláudio Ávila, Dionísio Hage, Domingos Juvenil, Firmo de Castro, Jovani Masini, Júlio Campos, Leopoldo Bessoni, Onofre Corrêa, Rita Camata, Rubem Figueiró, Simão Sessin, Silvio Abreu, Walter Pereira, Victor Fontana, Odacir Soares, Luiz Soyser, Arterin Werner, Felipe Cheide, José Elias Murad e Airton Cordeiro.